

POVOS INDÍGENAS DA BACIA DOS RIOS PARAGUAI E PARANÁ: DA DIVERSIDADE ONDE SE CONSTITUÍRAM POUCAS NAÇÕES

João Antonio Botelho Lucidio¹

O artigo ora apresentado é um dos tópicos da minha tese de doutorado defendida em 2013 junto à Universidade Nova de Lisboa intitulada: ‘A Ocidente do Imenso Brasil’: as conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750). Trabalho orientado pelos professores doutores Ângela Domingues e Pedro Cardim.

A tese concentrou-se nas conquistas portuguesas na parte mais central da América do Sul. Espaço geográfico demarcado por dois grandes rios, o Paraguai e o Itenez ou Guaporé. A temporalidade recortada inscreve-se entre 1680 e 1750. O trabalho propõe uma releitura da “História do Mato Grosso Colonial”. Assim, analisamos as ações levadas a cabo pelos sertanistas da capitania de São Vicente e, depois de São Paulo, para além de atitudes que visavam a expansão territorial do Brasil. Defendemos que a ocupação dos espaços disputados pelas duas monarquias ibéricas no vale dos rios Paraguai e Guaporé resultou mais dos interesses e das capacidades de seus súditos na América e menos das estratégias gestadas por suas monarquias. Mas, o foco central da tese é perceber e debater sobre o lugar dado pela historiografia aos povos indígenas que habitavam tal espacialidade.

O texto em epígrafe encontra-se no tópico que encerra o segundo capítulo intitulado, “Para além de Guaykurus e Payaguás: diversas nações indígenas nas conquistas dos rios Paraguai e Paraná” onde procuro recuperar aspectos das ações dos moradores da capitania de São Vicente, da vila de São Paulo e da província do Paraguai nas conquistas ocorridas desde os dois principais formadores do rio de La Plata (o Paraná e o Paraguai). As reflexões ali desenvolvidas questionam a atenção excessiva

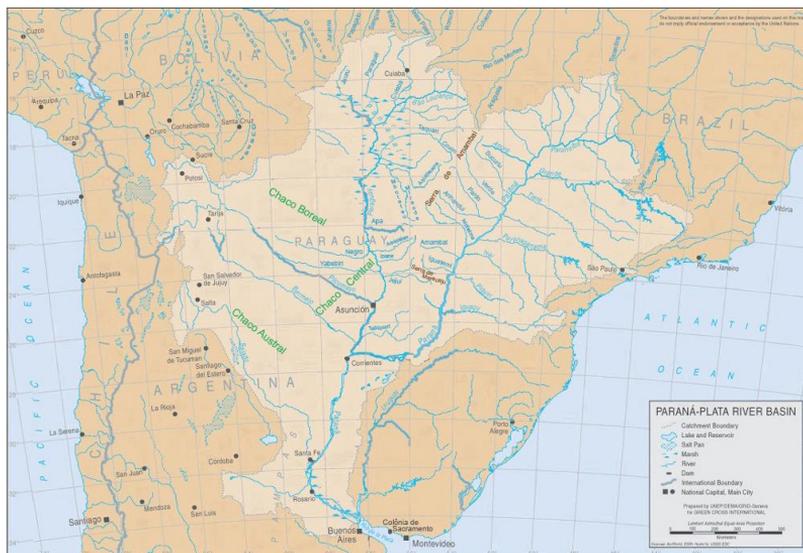
¹Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso. Dr. em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses pela Universidade Nova de Lisboa.

que a historiografia dedicou aos índios das *nações* Guaykuru e Payaguá² em detrimento de outros. Para tanto, partimos de uma leitura crítica sobre o lugar que a historiografia destinou a essas duas *nações* no construto da história nacional. Por fim, apresentamos muitas das outras *nações* que conviviam naquele espaço – tema deste artigo.

Para que o leitor possa visualizar as espacialidades, muitas das quais serão referidas neste artigo, foi incluído o mapa dos principais formadores da bacia do Prata. Anotamos ainda os núcleos urbanos fundados fosse por portugueses ou espanhóis e de onde partiam os súditos que “interagiam” com os povos indígenas que ali viviam.

²Desde 1953 na primeira reunião da Associação Brasileira de Antropologia, foram sugeridas normas para a grafia dos etnônimos brasileiros. Segundo essas normas, os substantivos e adjetivos são invariáveis e grafam-se, no caso dos primeiros, com inicial maiúscula e os segundo com minúscula: *os Payaguá, os Bororo, a cerâmica karajá, a pintura kadiwéu*. Tais deliberações foram publicadas na Revista de Antropologia, Vol.2, nº 2, dezembro de 1954. Isto, entretanto, não significa que na atualidade todos os estudiosos da temática indígena adotem tal grafia. Neste artigo, vazado na norma culta, variante brasileira da língua portuguesa, são observadas as regras gramaticais desse padrão linguístico na íntegra. Desse modo no que diz respeito à convenção adotada pelos antropólogos, em relação aos grupos étnicos, mantém-se suas regras apenas nos textos de outras autorias, por uma questão de fidelidade ao texto original.

Mapa 01 – BACIA DO RIO PARANÁ/PARAGUAI/RIO DE LA PLATA



Fonte: <http://www.mirabolivia.com/mapas/>

Desde os escritos de Afonso de Taunay (1920/40) defende-se que a presença de paulistas num ponto entrincheirado nos campos da Vacaria (1680), em local próximo às ruínas de Jerez (1580/1630), teria assegurado para o Brasil a posse do território situado entre o médio e alto curso dos rios Paraná e Paraguai; e também, que saíram dali os descobridores do ouro do Cuiabá. Para além, barraram as pretensões dos paraguaios sobre aquele território. Depreende-se desses fatos que, desde então, o lugar já pertenceria à coroa portuguesa.

Cem anos após terem iniciado a navegação dos rios Tietê, Paranapanema e Paraná, as bandeiras paulistas transpuseram as cabeceiras de importantes afluentes do rio Paraguai que nascem na Serras de Amambai e Maracaju. Neste ponto de interseção entre os afluentes dos dois maiores formadores do rio de La Plata fundaram um arraial (1680) de onde saíam a capturar índios desde o rio Miranda ao sul, chegando até os índios Chiquito a oeste, até alcançar os Pareci ao norte, já nas mais altas cabeceiras dos rios Jauru e Paraguai, onde alcançaram os galhos

formadores do Guaporé e Juruena. Foi neste périplo que se descobriu ouro no rio Cuiabá, afluente do Paraguai.

O rio Paraguai tem suas mais remotas nascentes nos confins do Planalto Central Brasileiro, num ponto em que é conhecido, desde o século XVIII, como “Campo ou Chapada dos Parecis” – uma clara alusão ao povo indígena que ali habitava. Já nos tempos primevos das conquistas, o rio ocupou lugar destacado no imaginário dos conquistadores. Um local que podia guardar ou dar acesso a imensas riquezas. Depois, existiram controvérsias e certa aura de mistério pairava sobre as suas nascentes e a origem do seu nome.

Se é uma praxe mapear a ocupação dos vales dos rios Paraguai e Paraná, a partir dos povos de origem ibérica, que ocuparam e definiram as fronteiras internacionais de quatro países, não é comum identificar e localizar os povos indígenas que ali viviam quando da chegada dos europeus (1530). Por exemplo, pela margem esquerda, desde o rio Miranda para o sul até o rio Jejui, era território dominado pelos Itatins; já os Cários assenhoreavam os campos, desde o rio Jejui, para o sul até o Tebiquari. Território que, depois de 1640, seria em parte, apossado pelos Guaykurus/ Mbayás (BASTOS, 1978).

Hoje é consenso entre antropólogos e historiadores que o vale do rio Paraguai comportava uma variada gama de povos indígenas. Segundo Branislava Susnik, “El río Paraguay constituía una verdadera frontera entre los Chaqueños y los Guaraníes del Paraguay Oriental, diferentes racial, cultural y lingüísticamente, pámpidos y paleolíticos los primeros, amazónides y neolíticos los últimos”. (SUSNIK, 1978) Portanto, estamos falando de uma área de intensas trocas culturais. Outra questão a considerar é que ela os percebe vivendo em espaços para além das fronteiras geopolíticas ou das zonas fisiográficas.

Os estudos arqueológicos e os informes dos primeiros conquistadores dão conta que os rios Paraguai, Paraná e seus afluentes abrigavam povos oriundos de pelo menos quatro correntes migratórias: pela calha do próprio rio Paraguai, do sul para o norte, teriam deslocado “los expansivos canoeros pámpidos”; do norte, entenda-se a bacia amazônica, vieram os protoneolíticos através do rio Guaporé; também oriundos da bacia amazônica, pela via do Tapajós/Juruena/Arinos, chegaram grupos neolíticos e instalaram-se até a confluência do Juru no

Paraguai; no rio Paraná, segundo Branislava Susnik, viviam expressivos grupos Guaranis migrados do litoral Atlântico e que

Al iniciar-se la conquista hispana, los Avá-Guaraníes hallábase nucleados en el área comprendida entre los ríos Paraguay, Miranda, Paraná, Tiete-Añemby, Uruguay, Yacuí, y con algunos asentos en el litoral atlántico. Dentro de esta extensa área geográfica, los Guaraníes no constituían siempre una población regionalmente compacta y homogénea; (...) en muchas regiones los Avá constituían simples “colonias” neolíticas de avazanda migratoria ... (SUSNIK, 1979–1980).

Começando do sul para o norte, ou seja, do baixo para o médio Paraguai, a margem direita ou ocidental do rio era controlada pelos “canoeros pámpidos” (Payaguás, Mocoretá-Mococoviés e Yaaukaniga-Abipones) e, para terra mais adentro, seus parentes que eram caçadores pedestres (Mbayá-Guaycurúes, os Lenguas – Cochaboths e os Enimagás) e que depois aprenderam a criar cavalos e se transmutaram em guerreiros equestres. Nesta área, os Payaguás dominavam o leito e as ilhas do rio Paraguai. Já a sua orla esquerda era habitada pelos Guaranis-Cários e, mais afastados do rio, viviam os Guaranis-Caainguas que fugiam ao contato fosse com civis, fosse com religiosos.

No Brasil, os historiadores que escreveram sobre a ocupação do vale do rio Paraguai pelos súditos das coroas ibéricas ao longo dos séculos XVII e XVIII limitam a existência histórica de Payaguás e Guaykurus a partir dos setecentos. Outra característica é a de que dedicaram seus esforços de análise a um reduzido número de populações indígenas. Para além dos citados Payaguás e Guaykurus, destacam também: os Guatós, Guanás, Bororos, Parecis, Kayapós e Chiquitos, tal qual aparecem na documentação.

As abordagens históricas sobre as populações indígenas inscritas naquele espaço circunscrevem-nas a territórios tal como foram definidos no século XIX, quando se constituíram os Estados Nacionais independentes sul-americanos. Acreditamos, todavia, que tal questão pouco tem a ver com a compreensão de território que defendem, mas antes com o espaço, ou seja, uma das limitações está no modo como os historiadores pensam o espaço e tentam encaixar nesses espaços o que

muitos deles agora chamam de etnias. Não se apercebem de que havia uma sobreposição de territórios e de fronteiras porque havia também uma pluralidade de territórios e fronteiras: as ameríndias, as coloniais e depois nacionais.

Bastante elucidativa dessa confusão entre espaço e território, que limitam as territorialidades ameríndias às dos Estados-nações sul-americanos, é a releitura que se vem fazendo sobre os Guaykurus. Vejamos um exemplo:

Pretendemos demonstrar que a destruição das alianças indígenas (em especial a aliança Guaicuru/Guana) e o estabelecimento das alianças entre portugueses e indígenas foi fundamental para a construção do Estado-Nacional no Brasil. Assim, os índios Guaicuru e Guana (incluindo-se neles os subgrupos remanescentes, como os Kadiweu e os Terena) enquanto grupos subalternizados, desempenharam um papel fundamental na história da formação do Estado-Nacional no Brasil (FERREIRA, 2009, p. 98).

Talvez não seja fortuito que Andrey Cordeiro Ferreira, tal como se verifica com a maioria dos estudos realizados sobre o espaço que tratamos, prefira iniciar suas reflexões no período pós 1770. Ao mesmo tempo, aceita como verdade uma assertiva da documentação portuguesa, reiterada pela historiografia desde meados do século XIX, de que existiu uma aliança entre os Payaguás e Guaykurus que teria impedido a ocupação do Pantanal pelos súditos das coroas de Portugal e Espanha até fins dos setecentos.

Consideramos tais premissas passíveis de reflexões diferenciadas. Com raras exceções, historiadores e antropólogos abordam as histórias dos distintos povos indígenas e dos contatos com ibero-americanos a partir de uma perspectiva limitada pelas fronteiras dos países constituídos nos oitocentos (COSTA, 2006). Por conseguinte, pouco interessa o que teria se passado com o povo indígena, que se está estudando, no país vizinho. Desta feita, quase sempre, ignoram-se as continuidades/descontinuidades das territorialidades ameríndias por uma questão de (de)formação condicionada pelas fronteiras dos Estados Nacionais traçadas desde meados do século XIX.

Assim, os estudos sobre os povos ameríndios são olhares que não permitem ver e, portanto, compreender as territorialidades desorganizadas, ao longo dos cinco séculos que dura a conquista da América. Dessa perspectiva, as territorialidades que se sucederam foram reordenadas e desapareceram, entre fins dos seiscentos e a primeira metade dos setecentos são ignoradas. É como se, antes de se formarem as nações independentes das monarquias ibéricas, existissem índios brasileiros, paraguaios e bolivianos, etc.

Mas, para além dos grupos indicados que receberam atenção de investigadores, haveria outros? Quem eram? Onde viviam? Desapareceram? Que vestígios deixaram? Numa tentativa de procurar respostas a essas e outras indagações, fomos encontrar esparsos dados nos relatos de viajantes ou exploradores desde o século XVI até fins dos setecentos. Documentos exarados por funcionários de governo e da administração das coroas conquistadoras. Relatos, denúncias e histórias escritas por jesuítas.

Como identificar e localizar espacialmente povos indígenas que aparentemente desapareceram? As fontes, quanto mais recuadas no tempo, apresentam uma maior profusão de nomes. Parece-nos que os jesuítas, após convívio e observação dos grupos ameríndios, foram os que começaram a estabelecer critérios para identificá-los. Ainda que não tenham sistematizado regras, distinguem-nos em alguns relatos como *nação*, composta por *parcialidades* vivendo em um ou mais *país(es)*.

No século XVIII, o padre Pedro Lozano (MDCCLV/1750), diz sobre os Guaykurus: “Componese de tres parcialidades esta Nación, y si bien usan todas un mismo idioma, visten un proprio trage, y observan el proprio modo de vida, ritos, y costumbres”. Pode-se perceber que uma nação dividir-se-ia em parcialidades, e o que os definiria como tal era possuírem o mesmo idioma, modo de vida, ritos e costumes. O fato de esses grupos, eventualmente, fazerem guerras entre si não era impeditivo para que fossem identificados como pertencentes a uma mesma nação. Em outras palavras, parece que, naquele tempo, a ideia de nação não estava vinculada à ideia de território, mas a comportamentos identitários de grupos.

Os conquistadores espanhóis leigos, ainda no século XVI, chamavam de *nação* a todos os grupos cuja língua percebiam como

distinta; e o território onde se encontravam de *país*. Também a opinião dos índios aliados, que talvez nem entendesse muito o que lhes estavam perguntando, era considerada e influía na identificação das distintas *nações*.

É fato que a maioria dos povos conquistados pelos espanhóis na bacia dos rios Paraguai e Paraná foram nominados em função dos epítetos que lhes davam os Guaranis aliados dos conquistadores. Dois séculos depois de iniciadas as conquistas, Félix de Azara, em fins dos setecentos, chamava a atenção para tal fato. Ao descrever os Guanás, alertava:

Además reconocen en esta nación ocho hordas diferentes, llamadas layana, ethelonoé o quiniquinao, chabaraná o choroaná, o tchoaladi, caynaconé, nigotisubué, yunaeno, tay y yamoco. Tales son los nombres que les dan los indios salvajes... **y se les pregunta si se trata de naciones diferentes, ellos dirán que sí porque no saben lo que es una nación y creen que cada horda forma una nación distinta** (AZARA, 1941, TOMO II, p.53 – 54, grifo nosso).

Nós também, assim como *los indios salvagens*, temos dificuldades em distinguir o que os homens dos séculos XVII e XVIII chamavam de *nação* no contexto das conquistas na América. Talvez a multiplicidade e as distintas denominações dos povos americanos nos levem a indefinições e exageros. É fato que, do ponto de vista demográfico, esta conquista foi um genocídio. Entretanto, em que pesem aos estudos realizados, não sabemos com clareza que povos ou *nações* foram exterminados.

Félix de Azara, numa fase já bastante tardia das conquistas, e à luz do pensamento ilustrado, define assim o termo

Llamaré nación a toda reunión de indios que se consideren ellos mismos como formando una sola y misma nación y que tiene el mismo espíritu, las mismas formas, las mismas costumbres y la misma lengua. Poco importa que se componga de pocos o muchos individuos, porque éste no es carácter nacional. Advierto aún que cuando marque los

lugares habitados por estas naciones no se debe creer que sean estables, sino sólo que el paraje designado es como el centro del país que habitan... Prevengo, por fin, que cuando diga que la lengua de una nación es diferente de la otra debe entenderse que esta diferencia es al menos tan grande como entre el inglés o el alemán y el español, de manera que no hay una sola palabra en que se parezca la una a la otra (AZARA, 1941, TOMO II, p.2 –3).

Desta e de outras reflexões se depreende que, quando os espanhóis se referiam a um grupo como nação, pressupunham identificar algumas características comuns fundamentais.

Entretanto, raramente nos colocamos a questão de pensarmos como os diferentes povos indígenas, que se percebiam distintos de seus vizinhos e, muito mais dos europeus, reconheciam-se e reconheciam o outro, o diferente. Por exemplo, para Félix de Azara a *nação* dos Guanás era composta por *ocho hordas diferentes*. Mas será que os próprios Guanás se percebiam como uma unidade composta por oito *hordas*, uma vez que cada um se autodenominava de forma própria? Haveria para o povo que os europeus chamavam de Guaná signos identitários que faziam com que cada uma das tais *hordas* se sentisse parte de um todo? Como se percebiam e se identificavam e qual seria sua marca distintiva perante os muitos outros, em especial aqueles grupos de Guaykurus que os submetiam? Nosso olhar “civilizador” os homogeneizou e lhes conferiu identidades com base em signos europeus e, assim, seguimos ao longo de cinco séculos.

Um fato que importa destacar é que os grupos constituintes dessas *nações* muitas vezes faziam guerras entre si, ainda que se soubessem parentes. Mas faziam também alianças temporárias contra um inimigo comum.

Finalmente, queremos reforçar a ideia de que havia critérios para o uso e emprego do termo *nação*. O fato de os europeus terem nomeado um determinado povo como nação composta de vários grupos sem unidade política, administrativa e territorial leva-nos a supor que o termo nação tinha, naquela época, um sentido bem diverso do que passou a ter desde meados dos oitocentos (HOBSBAWM, 1990).

Outro ponto a ser mencionado é que reconhecê-los como nações, tentar dominá-los, cooptá-los e fazer deles aliados, assinar ou acertar verbalmente, em nome dos reis ibéricos, acordos de paz e vassalagem indica que os europeus tinham consciência de serem conquistadores. Guardadas as especificidades das muitas e distintas estratégias adotadas por espanhóis e portugueses, laicos ou religiosos nas conquistas, o lugar em que o conquistador se colocava era o de portador de uma civilização superior. O discurso que informa as fontes é o da salvação, redenção e civilização de povos referidos como *bárbaros* e *infíéis*.

Mesmo homens rudes e acostumados às lides no sertão, como um Pascoal Moreira Cabral, descobridor das minas do Cuiabá, ao escrever a seu rei, acreditava-se digno de receber mercês por ter conquistado *reynos de gentios* para o grêmio da igreja e vassalos para Sua Majestade. Da perspectiva dos religiosos são arquétipos cabais as ações dos jesuítas. Não são poucos os exemplos em que a resistência indígena, ou os insucessos de alguma empreitada, eram atribuídos a *las trazas de Satanás*, reconhecido este como o principal inimigo da Companhia de Jesus na catequese dos nativos das Índias de Castela. Sobre o tema da demonização na América ver, entre outros, (SOUZA, 1992 e RAMINELLI, 1996).

A conquista dos distintos grupos humanos que compunham a população da América pressupôs um longo aprendizado, ao mesmo tempo que requereu muitas estratégias e justificativas. Cada qual orientou suas ações do modo como pode ou como foi possível. A ambição pelos metais e pedras preciosas e por novas tecnologias pode ser uma chave que nos ajuda entender as relações ali travadas. Se de um lado, os europeus ansiavam por ouro, prata e pedras preciosas; de outro, as populações autóctones, não cobiçavam menos o ferro, as armas e as novas tecnologias trazidas pelo conquistador.

A composição das alianças, as guerras e os acordos que se estabeleceram e foram desfeitos, permitiram diferentes arranjos entre europeus e indígenas na sociedade colonial. Em alguns casos, facilitou e, em outros, dificultou as conquistas. Ao longo do tempo, a historiografia que tratou de tal tema privilegiou distintos aspectos dessa conquista. Uma das abordagens de maior força foi aquela estruturada a partir da constatação da violência e da denúncia do extermínio da maioria das populações indígenas da América. Esta tese, muito em voga na segunda metade do século XX, foi construída a partir dos registros de massacres,

guerras, epidemias, cativoiro, expropriação da terra e aculturação, ocorridos ao longo de quase quinhentos anos (BUENO, 1996; LEÓN-PORTILLA, 1985; TODOROV, 1988, O’GORMAN, 1992).

A ênfase nos aspectos negativos da conquista é compreensível, na medida que se viviam no Brasil e na América hispânica contextos de valorização da luta indígena pelo direito à terra. Como forma de enfrentamento e práxis política, o foco direcionou-se para os povos indígenas que, pela resistência, haviam sobrevivido enquanto grupo e que permaneciam com o existir físico e cultural ameaçados. Assim, os povos que haviam estabelecido alianças com os conquistadores foram menosprezados, como se a “capitulação” os fizessem inferiores.

Hoje a crítica fundamental que se faz àquela abordagem é que ela cristaliza e reduz a imagem do índio a um passado distante. Seus defensores são também acusados de uma visão preconceituosa, na medida em que deixam transparecer que os índios cooptados seriam colaboradores da sociedade colonial. Daquela perspectiva, *um índio menos índio*. Os verdadeiros índios seriam os que viveram à margem da sociedade colonial, não integrados, em “estado puro”. Segundo John M. Monteiro, para essas interpretações, fossem de historiadores ou antropólogo

A esfera da sociabilidade nativa é aquela que está totalmente externa à esfera colonial, em parte porque o recurso da “projeção etnográfica” frequentemente isola a sociedade indígena no tempo e no espaço, mas também porque nas percepções marcadas pela perspectiva de aculturação, os índios assimilados ou integrados à sociedade que os envolve seriam, de alguma maneira, “menos” índios (MONTEIRO, 2001, p.4 – 5).

Nas últimas décadas do século passado surgiram novas demandas, e importantes parcelas de grupos indígenas que haviam sido incorporados à sociedade nacional voltaram a se reconhecer como tal e a exigir seu direito à terra. Dessa perspectiva, os estudos sobre os índios coloniais, em especial aqueles que, como estratégia de sobrevivência tinham se deixado cooptar, fizeram-se e fazem-se imprescindíveis (REZENDE, 2003; ALMEIDA, 2003).

Considerando o valor inegável destas distintas abordagens, defendemos que para refletirmos, com propriedade, sobre a tese dos povos indígenas como em vias de extinção, bem como sobre a tese que sustenta os estudos sobre o índio colonial, é necessário saber, antes de tudo, quem eram eles. Ao menos para o espaço-tempo que investigamos.

Voltemos, então, aos grupos indígenas que, no século XIX, foram identificados como circunscritos à espacialidade conhecida como sul da província de Mato Grosso. Tomando como referência os cursos médio e alto das bacias dos rios Paraná e Paraguai resolvemos, para uma melhor clareza expositiva, dividir esta área em quatro partes. Informamos que tal recorte espacial observa o fato de serem áreas de ação dos sertanistas de São Paulo e por constituírem microecossistemas distintos. Ressaltamos que não trataremos dos reordenamentos espaciais que se acentuaram desde os contatos com os europeus. Tentaremos identificar os grupos encontrados.

Não cremos que seja muito difícil fazer um levantamento sistemático de quais foram os índios que os sertanistas raptaram das missões da Província Jesuítica do Paraguai, tampouco identificar a diversidade de *nações*, cultural e linguisticamente distintas, que lá se concentravam (CHARUPÁ, 2002). Entretanto, as dificuldades acentuam-se, ao tratarmos de índios não reduzidos. Esses, quando aparecem referenciados nas fontes, ocupam um lugar ínfimo, negativo e pouco elucidativo.

Em primeiro lugar, consideraremos o planalto e as serras compreendidos entre a margem ocidental do rio Paraná e as serranias de Maracaju e Amambai. Quando se fundou Assunção (1537/1541), a faixa de terras entre os rios Paraná e Paraguai – até altura dos rios Mbotetêú e Taquari ao norte – era povoada por muitos grupos Guaranis. Contudo, ao longo dos séculos XVI e XVII, a configuração humana ali existente foi bastante alterada.

Os relatos, tanto de colonos e autoridades quanto de jesuítas da coroa espanhola, dão conta que naquela região vivia parte dos chamados *Guaranís Monteses*. Desde 1625, são reiterados os pedidos dos moradores de Jerez – situada às margens do rio Mbotetêú, mas já numa área de planalto – para se transladarem daquele sítio. Os argumentos eram a insalubridade do clima e o perigo de índios inimigos. Se tomarmos em conta que, de Jerez para oeste, estava a missão dos Itatins com índios

reduzidos, é lícito supor que, entre os ditos inimigos dos moradores do pueblo de Jerez, estavam também os *Guaranís Montes*.

Em 1678, quando a missão jesuítica do Itatim já havia sido despovoada, fosse pelos ataques de bandeirantes paulistas, fosse pelo de grupos *Guaikurú-Mbayá*, seguimos encontrando notícias de prováveis Guaranis naquela faixa constituída pelos rios Paraná/ Paraguai. Segundo o governador do Paraguai, D. Felipe R. Gorbálán, “en la barra del río Monday, sobre el del Paraná, en el distrito que fué de la Villa Rica del Espíritu Santo hay una población de indios bárbaros y cristianos prófugos” (PASTELLS, TOMO III, 154-155). A existência dos prófugos é explicável porque, muitos índios que aceitavam a evangelização, depois se arrependiam e voltavam a seus modos anteriores de viver. Isto não os impedia de, tempos depois, pedir nova catequese aos jesuítas ou mesmo a outra ordem religiosa. O que pode ser traduzido como uma estratégia para conseguir bens metálicos, fugir das ameaças de sertanistas ou de antigos inimigos vizinhos ameríndios.

Em carta datada de 1678, o padre Nicolas del Techo, reitor do Colégio de Assunção, afirmava que recebera carta de frei Buenaventura de Villasboas, da Ordem de São Francisco, dando conta de que, a 70 léguas do *pueblo* de *Caazapa*, teria encontrado alguns caciques trajados como se fossem *guaicurús* mas que eram lavradores e falavam a língua dos guaranis (PASTELLS, TOMO III, 155-157). Em apenas 4 dias, teria sido visitado por 8 caciques com 182 índios. Todos se mostraram pacíficos, festejaram com seus modos costumeiros e lhes deram presentes como forma de demonstrar que desejavam ser cristãos e, para tanto, pediam que o padre abrisse em seu território uma nova missão.

No mesmo ano, o bispo do Paraguai, Fray Faustino de Las Casas, direcionando ao rei uma súplica da parte dos jesuítas, arrolava entre seus argumentos: “que en los montes del Paraná de su Obispado, los Caiguas han pedido padres para que les hagan pueblos y les doctrinen, y pocos días ha los tupíes llegaron à Caazapa, doctrina de franciscanos, á pedir lo mismo” (PASTELLS, TOMO III, 157-158). As autoridades em Assunção atribuíam essas solicitações dos indígenas aos jesuítas a uma derrota infringida aos Guaykurus. De nossa parte, percebemo-nas mais em decorrência da fundação de um arraial de paulistas na antiga povoação de *Jerez* (1680).

A leitura das fontes e a literatura recente sobre os Guaranis levam-nos a crer que os chamados *Guaranís Monteses* são parte do grupo hoje conhecido como Guaranis-Mbyás. Já um antigo estudo de Paul Ehrenreich nos informava que, “no baixo e médio Paraná devem chamar-se Tupis puro os Cainguas ou Cayuas”, que talvez sejam os Tupis acima referidos por frei Faustino de Las Casas, (EHRENREICH, 1906). Entendemos que, nos espaços que vimos tratando, viviam pequenos grupos que, nos séculos XVII e XVIII, não aceitaram alianças, seja com jesuítas ou *hispanocriollos*. Como estratégias de sobrevivência optaram por habitar numa área de terras férteis, mas montuosa e de difícil acesso para os caçadores de índios e onde praticavam a agricultura, a coleta e a caça de pequenos animais (AZARA, TOMO II, 1948, 39).

Branislava Susnik insiste em informar que dois grupos constituintes do povo Eyiguayegi-Mbayá-Guaycurúes, os Apacachodegodegis e os Eyibegodegis, tinham entre seus cativos os *Caaynguás-Monteses* e *los Guaranís Monteses*. Há indícios de que, eventualmente, pequenos grupos eram descidos pelos sertanistas de São Paulo. Em 1679, o padre Cristóbal de Altamirano informa sobre a atividade de três bandeiras que transitavam pelos rios Paraguai e Paraná, recolhendo os *infieis* de suas margens – a notícia lhes chegou através de índios não reduzidos que pediram aos seus espias para serem levados até aos jesuítas por temerem os sertanistas (PASTELLS, TOMO III, 247-248).

A segunda área de concentração indígena ficava no pantanal do rio Paraguai. Desde sua margem oriental, os limites iam do rio Ipane ao sul até o Mboteteú ao norte; a leste, as faldas da serra da Bodoquena. Entre fins do século XVI e meados dos seiscentos, foi território dos Guaranis-Itatins que aceitaram ser reduzidos em *pueblos* na missão jesuítica do mesmo nome. De 1630 a 1650, foram atacados pelas bandeiras saídas de São Paulo. Na sequência, sofreram incursões dos Mbayás-Guaykurus até que seus *pueblos* foram transferidos para local mais próximo de Assunção. Desde então, e por cerca de cem anos, aquele espaço pertenceria aos *Eyiguayegi-Mbayá-Guaycurúes*. Será que isso a tornava zona de menor interesse para os sertanistas de São Paulo? Não sabemos. Mas é fato que alguns registros jesuítas os apontam trafegando naquela espacialidade desde fins dos seiscentos.

Na margem ocidental do rio Paraguai, fica o Chaco, a terceira e mais estudada das quatro áreas que elegemos (KERSTEN, 1968; VITAR,

1997; MANDRINI Y PAZ, 2003). Devemos reconhecer que, no entanto, foi a menos frequentada pelos paulistas. Desde o rio Pilcomayo, ao sul, até o riacho Yacare, ao norte, ocupavam-na grupos Eyiguayegi-Mbayá-Guaycurúes, e seus vassalos os Guanás-Chanés e os Naparús. Dos primeiros, Félix de Azara identificou os seguintes grupos: Layanás, Ethelonoés ou Quinquinaos, Chabaranás ou Choroanás ou Tchoaladis, Caynaconés, Nigotisubué, Yunaenos, Tays e Yamocos. Além desses grupos, compartilhavam o território os Lenguas e os Payaguás, todos eles aguerridos na defesa de seus sistemas de vida e com vasta experiência de enfrentamento de espanhóis.

Pouco conhecida e menos frequentada até 1680, a quarta zona de condensação humana iniciava-se da barra do Mbotetê para cima, transpondo o lago de Xaraiés e, inflectindo para o poente, alcançava os formadores do rio Mamoré. Branislava Susnik localiza ali os seguintes grupos: Guasarapos, Guató, Arataneses, Yacares, Sacocis, Xaqueses, Arianococis, Orejones, Perabazenes, Xarayes, Urtueses, Saravecas (no rio Paraguai e afluentes); Sirinos, Chiquitos, Otuquis, Gorgotoquis, estes vivendo às margens de rios formadores do Mamoré (SUSNIK, III/1, 1981). Mas os cremos em maior número.

Em relação às fontes, sabemos que os paulistas não costumavam deixar relatos de suas passagens pelos sertões na faina de prear índios. Por outro lado, os moradores de Assunção, durante o século XVII e primeira metade dos setecentos, não passaram além do rio Manduvirá. Portanto, a partir desse ponto da narrativa, recorreremos às informações deixadas pelos jesuítas que trafegaram pela espacialidade de que tratamos (PATRICIO FERNANDEZ, 1895).

Quando, em 1702, os jesuítas das reduções do Paraguai começaram a incursionar pelo alto curso do rio do mesmo nome, os sertanistas de São Paulo já o faziam desde 1680. Cursando os afluentes mais ocidentais do alto Paraguai, como o Jauru, entravam cerca de oitenta léguas rumo oeste até alcançar os povos radicados nas margens dos rios Guapay e San Miguel – afluentes do Mamoré; o que corroboraria a preocupação e as denúncias dos jesuítas quanto ao diminuto número de habitantes ameríndios ali encontrados.

Isso significa também que as notícias sobre os povos indígenas que os jesuítas nos legaram são de um período tardio de suas conquistas e

descimentos. Em carta sigilosa ao seu superior, o padre Ximenes alertava quão despovoadas se achavam aquelas paragens. Nas suas palavras, o *lenguara* Juan Manora assim se expressaria:

Se maravillaba ahora al ver tantos Pueblos destruidos, que él conoció, visitó y comunicó. Aquí en este Paraje, estuvieron tales, en este otro, de tal nación, en este los de esta, y así maravillado, dixome ardiente: padre esto todo está destruido, toda la gente se ha llevado el Portugués, no dexé yo esto como lo hallo ahora (CORTESÃO, VI, p.64 – p.65).

É bem verdade que o padre Ximenes era pouco entusiasta de fundar uma missão no alto Paraguai, ligando Chiquitos com as reduções do Paraná, de tal modo que seus informes podem minimizar o número das populações ali existentes. Ao mesmo tempo, não nos parece que os paulistas estivessem convencidos desse despovoamento.

Mais entusiasta, o padre J. Patrício Fernández reproduz em sua *Relación Historial de las Misiones de Indios Chiquitos* uma narrativa distinta daquela do padre Ximenes. Nele encontramos uma extensa lista com os nomes dos povos situados ao longo do rio Paraguai desde a boca do Mboteteté para cima. Apresentamos a seguir uma tabulação dos dados encontrados na obra supra mencionada. Queremos chamar a atenção para a dicotomia entre o grande número de povos elencados e o reduzido número de pessoas constante como parte daquela miríade de *nações*.

POVOS INDÍGENAS RECONHECIDOS NA 2ª VIAGEM DE ABERTURA DA ROTA FLUVIAL ASSUNÇÃO – MISSÃO DE CHIQUITOS					
Povos da Margem Ocidental/ Direita – Habitavam o Chaco		Povos da Margem Oriental/Esquerda – Habitavam o Pantanal			
Arianes	Curubinas	Tapaquis	Cubieches	Zurucas	Itapares
Lenguas	Coes	Payaguás	Chicaocas	Ayuceres	Cutaguas
Guaras	Guaresis	Guachicos	Coroyas	Cubies	Arabiras
Chibapucus	Jarayes	Itatines	Trequis	Xaimes	Quichiquichis
Ecanaguís	Caraberes	Aginis	Gucamas	Guañanis	Guannaguazus
Napiyuchus	Urutues	Sinemacás	Guatus	Curuaras	Guatoguazus
Guarayos	Guahones	Abiais	Mbiritis	Cuchipones	Nambiquas
Tapyminis	Mboyaras	Abaties	Eleves	Aripones	Jasintes
Ayguas	Paresis	Guitihis	Cuchiais	Arapares	
Cunicanis		Tarayus	Imbues	Cutuares	

Fonte: (Patricio Fernández, 1895, 192).

Ao todo, elencou 58 grupos ou *nações*. O padre Juan Patricio esclarecia que a maior concentração de *nações* na margem oriental/esquerda do rio Paraguai se explicaria por uma maior facilidade de defesa frente aos *mamaluco de San Pablo* e concluía seu raciocínio expressando sua preocupação sobre número de habitantes de cada nação.

Verdad es, que **estas naciones las más se reducen á dos ó tres Rancherías, otras á poco más de trescientas ó cuatrocientas almas** y otras también en mayor número, y se distinguen por la diferencia de las lenguas, porque todas tienen distinto idioma, ni se entienden entre sí, aunque vecinas y confinantes, porque ó son enemigas, ó no tienen comercio unas con otras (PATRICIO FERNANDEZ, 1895, p.193 –194, grifo nosso).

Saber que os diversos grupos indígenas ali radicados se achavam diminuídos demograficamente talvez ajude a entender a facilidade que os padres encontraram para persuadi-los à catequese, pelo poder das palavras e pela força das armas. Ao verificarmos as cartas ânuas do Paraguai, relativas aos anos de 1730 a 1734, percebemos que se estabeleceu como prática na missão de Chiquitos, as saídas de expedições de catequese, compostas por um número de partícipes que variava entre cem a duzentos índios reduzidos, em busca de *índios infieis*. Tais ações ocorriam todos os anos nos meses de estio, entre julho a outubro.

Sobre os povos que foram agrupados pelos jesuítas junto à missão de Chiquitos, o padre Roberto Tomichá elenca, entre 1691 e 1709, os seguintes grupos: Boros, Cusicas, Penoquis, Pequicas, Petas, Piñocas, Purasis, Quiviquicas, Suberecas, Tabicas, Tanipicas, Taus, Tubasis, Xamarus, todos Chiquitos. Pertencentes a outros grupos, encontravam-se ali remanescentes de Guarayos, Curuminas, Curucanes, Quíes (Coes) e Tapacuras (CHARUPÁ, 2002, 239 a 253).

De 1710 até 1720, ampliou-se a procura de refúgio junto aos jesuítas. Dentre os Chiquitos, agregaram-se os Manasicas e dos demais povos: os Cozocas, Carabecas, Cúpies, Xarayes, Otuquis, Ecobares, Carerás, Betaminis, Aripuires, Lipis, Fedes, Morotocos, Cucutades, Tapis, Zinotecas, Japorotecas, Zamuco, Quiripecodes, Ugaraños, Paunacas, Napecas e Cosiricas. A diversificação de grupos não Chiquitos que aceitaram ir conviver nas reduções pode estar relacionada com o trânsito de paulistas pelo rio Paraguai e com o medo que suas ações sempre infundiram nos índios. Entretanto, ao contrário do que pensávamos, apesar da descoberta do ouro e da fundação de arraiais de súditos da coroa portuguesa naquela espacialidade, não parece ter ocorrido um aumento das bandeiras ditas para *desinfestar* as minas, na direção dos Chiquitos, e sim na direção oposta.

Pelo que se percebe das fontes, à medida que o século XVIII avançava, houve um aumento na quantidade dos povos adventícios incorporados aos Chiquitos e, ao mesmo tempo, as referências a eles desapareceram. Os estudos de frei Roberto Charupá indicam o papel crucial desempenhado pela missão e também dá conta de nos apresentar um quadro bastante complexo dos grupos radicados entre o alto Paraguai e os afluentes da margem oriental do alto Mamoré e ocidental do alto Guaporé.

Ao esmiuçar o modo como se organizava o povo referido pelos *hispanocriollos* como Chiquitos e que mantiveram contato ou estiveram ao abrigo dos jesuítas, frei Roberto Charupá conclui o que segue. A língua dos Chiquitos constituía-se de quatro dialetos principais (Tao, Piñoco, Manasí e Penoquí). Era falada por 36 grupos (ou *parcialidades*) distintos que viviam distribuídos nas 11 reduções, fundadas entre 1690 e 1767, que abrigavam outros 42 grupos de *nações* de línguas diversas, fugidas do assédio dos colonos de Santa Cruz de la Sierra, de Assunção, do Cuiabá e do Mato Grosso.

Entre fins do século XVII e primeira metade dos setecentos, um conjunto de eventos veio reordenar a organização política e social que se ia construindo entre os grupos que estavam radicados no alto Paraguai. Por uma infeliz fatalidade, duas frentes distintas e dissociadas de colonizadores, uma de Santa Cruz de la Sierra e outra de São Paulo, começaram a mover-se em direção àqueles grupos.

Antes de concluir gostaríamos de ressaltar as dificuldades de se reconstituir os conflitos e as territorialidades, envolvendo o conjunto de indígenas na mesopotâmia Paraná/Paraguai, antes do contato com os europeus e ao longo dos séculos XVI e XVII. Todavia, relatos dos primeiros conquistadores, de religiosos e civis que por ali transitaram dão conta de como eram complexas as tramas, as disputas e as alianças estabelecidas.

Um dos problemas é que um mesmo povo podia ser identificado por diferentes referenciais e por várias formas: pelos espanhóis/*asuncenos*; distintos vizinhos aliados ou inimigos; portugueses/paulistas; jesuítas; e por eles próprios. Por outro lado, com o passar dos tempos, as alianças e as pressões podem ter feito com que grupos se fundissem, com que as pronúncias dos nomes fossem alteradas, com que grupos com o nome de seus chefes tivessem sido renomeados após a morte desses. De igual modo é impossível contar os que foram dizimados pelas guerras entre si e com europeus, “descidos” pelos paulistas e reduzidos como cativos ou administrados, submetidos às *encomiendas* pelos *criollos* de Assunção ou os vitimados por epidemias de gripes, varíola e sarampo, etc.

Para encetar uma releitura daquele espaço faz-se necessário perceber a consciência que os povos indígenas adquiriram dos mecanismos da conquista ao longo do tempo, particularmente a de quem eram os outros à sua volta. cremos que era a partir dessa percepção que se tomavam as decisões. O fato de sentirem-se ameaçados levava às escolhas. Fugir para uma área distante implicava fazer guerra com outro(s) povo(s) ou acatar algum tipo de sujeição, uma vez que não havia territórios vazios. Aceitar a paz com a coroa de Espanha significava viver sob ordens de seus funcionários e o sistema de *la encomienda*.

Assim, submeter-se aos desígnios da Cruz e ao grêmio da Igreja acabou sendo uma solução para muitos. Mesmo sob tal “proteção” não estavam isentos de prestar serviços e compor os exércitos que

combateriam os índios ditos *infiéis* e os temidos *mamaluços de San Pablo*. Finalmente, há indícios de uma outra via: vagar em pequenos grupos por terras montuosas ou alagadiças de difícil acesso. Ai residia o perigo maior de ser cativado por grupos inimigos, pelos *encomenderos* de Assunção ou pelos sertanistas do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de, *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio Janeiro*, Rio Janeiro, FGV, 2003.

AUTO exhortatorio del Gobernador del Paraguay, D. Felipe Rexe Gorbalán, al P. Nicolás del Techo, de la Compañía de Jesús, Rector del Colegio de la Asunción. Asunción, 22 de Marzo de 1678. In: *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay* (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil) Según los Documentos Originales del Archivo de Indias. Extractados y Anotados pelo R. P. Pablo Pastells, S. J., Tomo III, Madrid, Librería General de Victorino Suárez, 1918, pp. 154 e 155.

AZARA, D. Félix de. *Viajes por la América Meridional*, Madrid, Espasa-Calpe, Tomo II, 1941.

BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis, *Expansão Territorial do Brasil Colonial no vale do Paraguai (1767 – 1801)*, São Paulo, Gráfica da FFLCH/ USP, 1978.

BUENO, Eduardo. “Genocídio de ontem e hoje”, in *Bartolomé de Las Casas, O paraíso destruído: brevíssima relação da destruição das Índias*, 6ª ed. Porto Alegre: L&PM, 1996, pp. 09-23.

CARTA del P. Cristóbal de Altamirano, Superior de las Misiones del Paraná y Uruguay, al Gobernador de Buenos Aires, D. José de Garro. Doctrina de San Carlos, 6 de Noviembre de 1679. In: *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay* (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil) Según los Documentos Originales del Archivo de Indias. Extractados y Anotados pelo R. P. Pablo Pastells, S. J., pp. 247/48.

CARTA do Padre Ximenez ao Provincial da Companhia no Uruguai fazendo crítica do plano intentado com a viagem anterior. In: CORTESÃO, Jaime. *Antecedentes do tratado de Madrid. Jesuítas e Bandeirantes no Paraguai (1703-1751)*, Manuscritos da Coleção de Angelis, Tomo VI, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1955, p.64 e 65.

CHARUPÁ, Roberto Tomichá, *La primera evangelización en las reducciones de Chiquitos, en Bolívia (1691-1767)*, Cochabamba/Bolivia,

Editorial Verbo Divino, Universidad Católica Boliviana y Ordo Fratrum Minorum Conv, 2002.

COSTA, José Eduardo F. M. da, *A Coroa do Mundo: religião, território e territorialidade Chiquitano*, Cuiabá, EdUFMT/Carlini & Caniato, 2006.

EHRENREICH, Paul, “A Ethnographia da América do Sul ao começar o século XX”, in *RIHGSP*, Volume XI, 1906, São Paulo, Typ. do Diário Oficial, 1907, pp. 280 a 305.

EXHORTATORIO dirigido por D. Felipe Rexe Gorbalán, al P. Nicolás del Techo, de la Compañía de Jesús, Rector del Colegio de la Asunción. Asunción, 29 de Marzo de 1678”. In: *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay* (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil) Según los Documentos Originales del Archivo de Indias. Extractados y Anotados pelo R. P. Pablo Pastells, S. J., pp. 155 a 157.

FAUSTO, Carlos, “Se Deus Fosse Jaguar: canibalismo e cristianismo entre os guarani (séculos XVI-XX)”, in *MANA* 11(2): 385 - 418, 2005.

FERREIRA, Andrey Cordeiro, “Conquista colonial, resistência indígena e formação do Estado-Nacional: os índios Guaicuru e Guana no Mato Grosso dos séculos XVIII-XIX”, in *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2009, v. 52 nº 1, pp. 97 a 136.

HOBBSAWM, E. J. , *Nações e nacionalismo desde 1780*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

INFORME que hace a S.M. el Obispo del Paraguay, Fray Faustino de las Casas. Asunción, 31 de Marzo de 1678. In: *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay* (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil) Según los Documentos Originales del Archivo de Indias. Extractados y Anotados pelo R. P. Pablo Pastells, S. J., pp. 157 a 158.

KERSTEN, Ludwik, *Las tribus Indígenas del Gran Chaco Hasta Fines del Siglo XVIII, Una Contribución a la Etnografía Histórica de Sudamérica*, Resistencia, Facultad de Humanidades, Universidad Nacional del Nordeste, 1968.

LEÓN-PORTILLA, Miguel, *A visão dos vencidos: a tragédia da conquista narrada pelos astecas*, Porto Alegre: L&PM, 1985.

LOZANO, Pedro S.J., *Historia de la Compañía de Jesús de la Provincia del Paraguay*, Tomo Segundo, Madrid, Imprenta de la Viuda de Manuel Fernandez, M.DCC.LV.

LUCIDIO, João A. Botelho. 'A Ocidente do Imenso Brasil': as conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750). Tese de doutorado em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa/Portugal, 2013.

MANDRINI, Raúl y PAZ, Carlos D. (compiladores), *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII-XIX un estudio comparativo*, Neuquén, Instituto de Estudios Históricos Regionales, Universidad Nacional del Sur, 2003.

MONTEIRO, John Manuel, *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*, tese ao concurso de Livre Docência, apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

O'GORMAN, Edmundo, *A invenção da América*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

PATRICIO FERNANDEZ, Juan, S. J., *Relación Historial de las Misiones de Indios Chiquitos que en el Paraguay tienen los Padres de la Compañía de Jesús*, Madrid, Librería de Victoriano Suárez, editor, 1895.

RAMINELLI, Ronald, *Imagens da colonização: representação do índio de Caminha a Vieira*, São Paulo, Zahar, 1996.

REZENDE, Maria Leônia Chaves de, *Gentis Brasileiros. Índios coloniais em Minas Gerais setecentista*, tese de doutorado apresentada ao PPGH/UNICAMP, Campinas/SP, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e, *Inferno Atlântico: Demonologia e colonização séculos XVI – XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SUSNIK, Branislava, *Los Aborígenes del Paraguay I: etnología del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI y XVIII)*, Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1978.

SUSNIK, Branislava, *“Los Aborígenes del Paraguay” II: Etnohistoria de los Guaraníes – época colonial*, Asunción, Museo Etnográfico Andres Barbero, 1979-1980.

SUSNIK, Branislava, *Los aborígenes del Paraguay III/1 – Etnohistoria de los chaqueños 1650–1910*, Asunción, Museo Etnográfico “Andres Barbero”, 1981.

TAUNAY, Afonso de, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1920/40, 11 volumes.

TODOROV, Tzvetan, *A conquista da América: a questão do outro*, 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

VITAR, Beatriz, *Guerra y misiones en la frontera chaqueña del Tucumán (1700-1767)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1997.

Recebido: em 02/03/2018

Aprovado: em 08/04/2018